

ENFRAQUECIMENTO ESTÉTICO NO PNLD-LITERÁRIO 2022: O PROCESSO EDITORIAL

Ana Maria da Silva¹
Clecio dos Santos Bunzen Júnior²

RESUMO

Ao reconhecer o potencial da leitura literária no itinerário formativo, foram criadas, nos últimos 27 anos, políticas públicas educacionais (PNBE, PNLD-Literário), além de programas de leitura das esferas municipais, a fim de garantir o acesso às obras literárias e a formação dos acervos escolares. O PNLD-Literário, voltado à etapa da Educação Infantil, é uma política pública coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, que tem como objetivo fornecer obras literárias para crianças em creches e pré-escolas. A presente pesquisa buscou: a) identificar como funciona a relação entre as editoras e o PNLD-Literário (2022) voltado à etapa da Educação Infantil, especificamente para o segmento da pré-escola; b) analisar os critérios definidos no edital do programa e entender de que forma tais critérios atingem a *democratização da leitura literária* (cf. Soares, 2008). A análise documental do edital de chamamento público revelou que há critérios restritivos para seleção das obras, fragilizando a experiência estética com a literatura infantil. Além disso, durante a entrevista semiestruturada com uma escritora, editora e livreira pernambucana que teve uma de suas obras selecionadas pelo programa de leitura, foi discutida a exigência de ação pedagógica com os livros, através do *Material do Professor*, e o surgimento de editoras voltadas apenas para publicação em editais, mas que não fazem parte do mercado editorial brasileiro.

Palavras-chave: Educação infantil; Educação Literária; PNLD-Literário.

1. INTRODUÇÃO

Ao reconhecer a criança como um ser que possui direitos, dentre eles o direito à literatura, ao livro de qualidade e a experiências estéticas significativas, faz-se necessário refletir sobre diversos aspectos que permeiam a educação literária no ambiente escolar e seu papel fundamental no itinerário formativo das crianças. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece, dentre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, o direito de *explorar*, cuja discussão envolve implicitamente o campo da literatura infantil:

¹ Concluinte do curso de Pedagogia - Centro de Educação - UFPE - maria.silva8@ufpe.br

² Professor orientador associado ao Departamento de Ensino e Currículo (DEC) - Centro de Educação - UFPE - clecio.bunzen@ufpe.br

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (Brasil, 2018, p.34).

Ainda transitando pelos documentos curriculares, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) estabelecem que as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem respeitar alguns princípios, dentre eles os princípios estéticos, “da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (Brasil, 2010, p. 16).” Para que isso ocorra de maneira efetiva, é fundamental que algumas obras literárias orais, escritas, verbo-visuais e corporais estejam presentes nesse processo, garantindo às crianças diferentes formas de ler e conhecer o mundo. Defendemos a leitura como um processo de construção dialógica de sentidos, não apenas decodificação de textos verbais, assim como proposto por Novais (2023, p. 52):

A leitura se realiza a partir do texto e dos elementos do contexto (condições de produção, apresentação e circulação), envolvendo os conhecimentos linguísticos, textuais e de mundo do leitor (saberes em geral, valores, sentimentos, emoções, intuições) e as intenções reconhecíveis e/ou presumíveis dos agentes envolvidos, para a satisfação de algum propósito, consciente ou não.

O PNLD-Literário voltado à etapa da Educação Infantil é uma política pública coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, que tem como objetivo fornecer obras literárias para crianças na primeira infância. A dinâmica de funcionamento do programa é similar ao de outras modalidades: O MEC abre um *Edital de Chamamento Público* em que as editoras podem submeter suas obras literárias, ajustando-se aos critérios estabelecidos. Após uma seleção inicial dos livros mais adequados, de acordo com os parâmetros internos, é disponibilizado um *Guia Digital* para que as instituições possam escolher os acervos que mais lhes interessam. Uma vez selecionados, são comprados e distribuídos às escolas públicas participantes.

Diante disso, uma problemática surge: de que forma as transformações gráfico-editoriais exigidas no edital do programa atingem o processo de educação

literária?³ O motivo central da escolha desta discussão veio da apuração de que há poucas pesquisas sobre a temática, bem como das aproximações com o tema em trabalhos de iniciação científica e o contato frequente com os estudos oportunizados pelo *Grupo de Pesquisas sobre Educação Literária* (GPEL-UFPE).

O edital do PNLD-Literário prescreve como devem ser os livros literários do ponto de vista editorial, apresentando diversos critérios para a seleção, como limite de palavras e frases, formatos, cores e materialidades. Quando falamos das transformações gráfico-editoriais queremos nos referir às mudanças que as editoras precisam realizar nas obras para se adequarem aos critérios estabelecidos pelo programa.

Partimos do pressuposto de que a política pública em análise (PNLD-Literário 2022), ao fixar critérios que modificam a identidade das obras, de certa forma, destoam do propósito de permitir o florescimento da experiência estética proposta pelo programa. Ou seja, reduz o acesso a livros com outros tipos de estruturação, podendo fragilizar o contato à bibliodiversidade, a experiência estética com o texto literário, e a busca pela *democratização da leitura literária* (Soares, 2008).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca identificar como funciona a relação entre as editoras e o PNLD-Literário (2022) voltado à etapa da Educação Infantil, especificamente para o segmento da pré-escola; analisar os critérios definidos no edital do programa e entender de que forma tais critérios atingem a democratização da leitura literária.

2. LITERATURA INFANTIL: EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E FORMATIVA

Muito tem sido discutido sobre os impactos positivos que a literatura infantil pode trazer à primeira infância, como o desenvolvimento ético, cognitivo, emocional, linguístico e sociocultural. Marisa Lajolo, em seu livro *Literatura ontem, hoje e amanhã*, mostra, de maneira sutil, a importância que a leitura literária carrega no repertório do indivíduo, fazendo parte, inclusive, de sua construção, dando asas à sua imaginação e criticidade.

³ É importante destacar que, apesar de analisarmos uma política pública voltada ao ambiente escolar, entendemos que o processo de educação literária também é oportunizado além dos muros da escola, constituindo-se como elemento formador em espaços não formais de educação (Dezotti; Pedrosa; Macedo, 2021).

A literatura é porta para variados mundos que nascem das inúmeras leituras que dela se fazem. Os mundos que ela cria não se desfazem na última página do livro, na última frase da canção, na última fala da representação nem na última tela do hipertexto. Permanecem no leitor, incorporados como vivência, marcos da história de leitura de cada um. Tudo o que lemos nos marca (Lajolo, 2018, p.55).

A presença da literatura, desde os primeiros anos de vida, pode permitir que a criança seja introduzida ao novo a partir de histórias, trazendo diversidade ao seu repertório, bem como novas possibilidades de enxergar a si próprio e ao mundo. Para Macedo (2021, p. 47):

Além de contribuir para ampliação das formas de conceber a vida e o universo, a literatura incide sobre algo que nos constitui, a diversidade humana, suas diferentes formas de ser, contribuindo assim para nos enxergarmos na diversidade, em nossas diferentes formas de humanidade

As obras infantis impressas trazem certo rebuscamento em seu processo de elaboração. A materialidade, as ilustrações, a tipografia, a gramatura, dentre outros aspectos, fazem parte de um conjunto de propósitos pensados pelo autor/editor/design, visando o público a ser atendido, buscando garantir uma experiência estética completa aos leitores. Através disso, é possível notar que o projeto gráfico-editorial de uma obra literária não está ali sem finalidade. Lima (2023, p. 129) sustenta:

O livro, portanto, é fruto de um esforço coletivo, onde todas as etapas são de extrema importância. Há um processo de autoria coletiva, que passa pelo editor, escritor, ilustrador, designer, impressor, livreiro e, por fim, o próprio leitor. Todos envolvidos na fruição da leitura como percepção estética.

Principalmente nos livros de literatura infantil, são utilizados recursos visuais, buscando a construção de sentidos e o cultivo do interesse do leitor. Almeida e Romano (2023, p. 95) discutem sobre o livro ilustrado e interativo, destacando seus elementos e as articulações entre o texto verbal e imagético, assim como a potencial ludicidade que é ensinada para a criança-leitora. Ademais, discutem o papel do leitor nesse processo de interação, enfatizando seu protagonismo. A esse respeito as autoras esclarecem:

[...] O leitor deixa de ser apenas o receptor de uma mensagem e passa a ser colaborador que participa da criação da história, quase um coautor, envolvendo-se interativamente com os significados das múltiplas possibilidades de leituras presentes no verbal e no não verbal.

É preciso entender que há diferentes formas de relação entre as palavras e as ilustrações em uma obra literária infantil. Segundo Garcia (2020), os livros com ilustrações são aqueles em que os registros verbais, de certo modo, são independentes dos visuais. Ao contrário dos livros ilustrados, que os textos verbais e

imagéticos participam da construção da narrativa. Há, ainda, os livros de imagem, conhecidos também como livros ágrafos, isto é, obras com narrativa exclusivamente visual. Cada categoria apresenta diferentes experiências de leitura. Ciça Fittipaldi (2008, p.107) aponta:

As imagens visuais detêm uma enorme capacidade de abrir espaços no imaginário, de criar experiências sensíveis, formais, afetivas e intelectuais que alimentam o imaginário. De modo diferente do verbal, a imagem possui sua própria sintaxe e semântica, desdobra-se em planos de forma, conteúdo e expressão.

Nas obras ilustradas infantis, o texto verbal e imagético possui uma complementaridade muito singular; permitindo que o(a) leitor(a), ao manusear o livro enquanto objeto cultural, através da passagem das páginas, tenha uma experiência interpretativa estética. Por meio dessa dinâmica de envolvimento entre o leitor e a obra, é cultivado o interesse da criança em ler outros livros. Corsino (2021, p. 101) destaca que:

Nesse movimento de espaço de liberdade, a presença da literatura na infância amplia nas crianças as possibilidades de ver, sentir e pensar em si próprias, no outro e no mundo. Na interlocução com muitas vozes, a criança se perde, se acha e tem muitas oportunidades de experimentar sensações, sentimentos e de viver outras vidas, se interrogar.

Costa e Carvalho (2023) argumentam que, sobretudo a partir da década de 1970, ocorreram muitas reflexões em torno da literatura voltada para a(s) infância(s), propiciando o aceleração da produção de livros e inovações estéticas, dando espaço, inclusive, a outras formas de ler e mediar. Essa nova dinâmica de relação com a leitura permite à criança vivenciar um processo de apropriação de linguagens visuais, numéricas e escritas, de encantamento, de conexões, de percepções que vão sendo ampliadas a cada contato com a bibliodiversidade.

A dimensão estética dos livros de literatura infantil carrega grande sensibilidade e potencial artístico. A escolha de técnicas, texturas, design, cores, recortes, perspectivas e outras possibilidades de criação demonstram, cada vez mais, que o objeto livro pode se manifestar enquanto obra de arte, como algo que precisa ser apreciado e sentido pelos espectadores. Sobre a estética, Amorim *et al.* (2022, p. 71) afirmam que:

Estética artística tem a ver, então, com o conjunto de sensações experimentadas no contato com um objeto (a arte) capaz de despertar a sensibilidade da pessoa e desencadear nela sensações ou sentimentos que a fazem enxergar a realidade de uma forma diferenciada. O belo, nesse caso, está no movimento de recriação da realidade que a arte possibilita.

Ao trazer essa perspectiva da dimensão estética, faz-se necessário refletir também sobre a experiência com o objeto artístico. Jorge Larrosa (2002) trouxe importantes contribuições para a concepção da *experiência* não apenas como algo que nos acontece e faz parte do nosso repositório de vivências, mas como algo que nos atravessa e deixa marcas, permitindo que sejam modificadas nossa maneira de ser, de se enxergar e enxergar o mundo. Ao aproximar essa concepção para o campo da formação leitora, para que a experiência com obras literárias seja marcante e significativa para as crianças, é necessário que se desenvolva uma relação afetiva com o objeto livro dentro e fora da escola. Como é enfatizado por Menezes e Lopes (2020, p.04):

[...] Os acervos literários têm um papel fundamental na constituição das interações e experiências que as crianças podem ter com a literatura em seus contextos de vida e de educação, em especial nas instituições de educação infantil que, por sua função social, precisa propiciar, de modo intencional e sistemático, condições de desenvolvimento das crianças em suas múltiplas dimensões.

Além do acesso ao objeto livro, outro aspecto de igual relevância no processo de educação literária é a medição de leitura. Através dela, é possível estreitar a relação das crianças com o artefato cultural literário, como também abrir espaço para a criatividade e encantamento (Chiari, 2023). A figura docente, participante desse processo de dar movimento aos livros, é indispensável.

É pertinente dizer que os livros literários são grandes instrumentos para criação de momentos fecundos de ludicidade e formação leitora. Entretanto, é necessário enfatizar também a importância da presença de mediadores que tragam interesse pelas obras, além de um ambiente potente que amplie as possibilidades de contato da criança. A ambientação, nesse sentido, deve ser dialógica, permitindo múltiplas opções de exploração e construção de sentidos (Perrotti; Pieruccini; Carnelosso, 2016).

3. O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) - CATEGORIA OBRAS LITERÁRIAS

Reconhecendo o potencial formativo da leitura literária, no decorrer da trajetória sócio-histórica brasileira nos últimos 27 anos, foram criadas políticas públicas educacionais (PNBE, PNLD-Literário) com vistas a democratizar o acesso às obras literárias, garantir a formação leitora, o desenvolvimento de práticas mais

fecundas de mediação de leitura e a aproximação das crianças ao mundo da bibliodiversidade. Entretanto, na análise de Paiva (2015), estes programas são sempre afetados por descontinuidades, devido às instabilidades políticas, alterados conforme as prioridades e concepções do governo vigente.

Criado em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) buscava destinar livros à educação básica, através de três subdivisões: O PNBE periódicos, o PNBE do professor (materiais de suporte teórico-metodológico) e o PNBE literário. Para seleção dos exemplares, o programa lançava um edital em que as editoras interessadas submetiam suas obras para uma posterior avaliação pedagógica, realizada pelo MEC em parceria com universidades federais. Após a aprovação, as editoras, financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), distribuíam os materiais às escolas contempladas. Segundo Domingues e Klayn (2022, p. 783):

A proposta inicial do Programa era distribuir não só livros literários, mas também periódicos de conteúdo didático para todos os segmentos da Educação Básica, bem como obras teóricas para complementar a capacitação do professor e incentivar sua formação continuada. A avaliação e a distribuição de tais materiais foram feitas respectivamente pelo PNBE Literário, PNBE Periódicos e PNBE do Professor.

A última edição do PNBE literário ocorreu em 2014. Após quatro anos, no contexto político de extrema direita no âmbito dos governos Temer e Bolsonaro, surge uma política chamada de PNLD Literário em 2018. Os autores ainda afirmam:

Esse período, entre 2014 e 2017, foi marcado por muita tensão política no Brasil, já que, em três anos, o país passou por uma conturbada eleição presidencial, um agressivo processo de impeachment e pela deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff. Toda essa instabilidade se refletiu em diversos setores da sociedade brasileira e, como não poderia deixar de ser, também no campo da Educação (p.785).

Tal contextura revela um hiato de mais ou menos 03 a 04 anos na distribuição de obras literárias para as instituições públicas de ensino, impactando o acesso ao livro literário, enquanto bem cultural, como também a recomposição das bibliotecas escolares. Isso é bastante preocupante ao refletirmos sobre a apropriação dos objetos culturais pelas crianças mais pobres, uma vez que, geralmente, só conseguem ter acesso a esses bens na escola, ao contrário das crianças com melhores condições econômicas (Dalvi, 2019).

O PNLD avalia e distribui obras didáticas, pedagógicas e literárias às escolas públicas do país que participam do Censo Escolar do INEP. De modo semelhante ao

PNBE, o PNLD também abre um edital de chamamento público em que as editoras e os autores independentes podem submeter suas obras de acordo com os critérios estabelecidos. Contudo, este edital possui alguns critérios que trazem modificações no formato das obras. Além disso, foi adicionada mais uma etapa ao processo de seleção, permitindo que as escolas participem da escolha do seu acervo literário por meio de um *Guia Digital*, disponível em plataforma online.⁴

Figura 1: Capa do Guia PNLD-Literário 2022



Fonte: Guia Digital PNLD-Literário 2022.

Até o momento, ocorreram apenas duas edições (2018 e 2022) do PNLD literário voltado à etapa da Educação Infantil. No segundo semestre do ano de 2024 foi publicado mais um edital de chamamento público para inscrição das editoras interessadas em participar da próxima edição do programa.

Em projeto anterior (2023-2024), elaboramos uma pesquisa de iniciação científica cujo objetivo central era analisar quais os critérios explícitos que 06 (seis) escolas dos municípios de Recife e de Camaragibe utilizaram para a escolha dos acervos literários voltados à Educação Infantil no PNLD-Literário 2022. Ao considerar a importância da análise e estudo dos critérios utilizados pelas redes municipais de ensino, foi realizado o mapeamento das escolas onde ocorreram a coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, buscando identificar como foi a dinâmica de escolha dos acervos literários do programa.

⁴ Link: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2022_educacao_infantil_literario/inicio

No tocante aos critérios elegidos pelos agentes pedagógicos para a escolha dos acervos voltados à Educação Infantil nas 06 escolas visitadas, verificou-se a priorização dos aspectos exibidos na tabela a seguir:

| | | |
|-------------------|-----------------|---|
| CAMARAGIBE | Escola A | Faixa etária indicada, temáticas como alimentação, meio ambiente e relações etno-raciais. |
| | Escola B | Indicação da faixa etária. |
| | Escola C | Temáticas voltadas a questões de gênero, valorização do educando e inclusão. |
| RECIFE | Escola D | Qualidade do material: autores, editoras e projeto gráfico-editorial; livros que envolvem a conexão da criança com a natureza, falam sobre emoções/sentimentos e relações etno-raciais. |
| | Escola E | Faixa etária indicada, narrativas que envolvem ação e trabalham com emoções/sentimentos. |
| | Escola F | Faixa etária indicada, livros que tenham aproximação com a realidade, meio ambiente. |

Através dos dados expostos acima, nota-se que, na maioria das instituições, um dos principais critérios para a escolha do acervo foi a faixa etária, bem como temáticas voltadas ao desenvolvimento comportamental e a conscientização das crianças, direcionando-se à perspectiva instrucional da literatura infantil, ao buscar utilizar os livros literários como pretexto para desenvolver algum tipo de conteúdo escolar.

A ausência de uma biblioteca em algumas instituições de ensino dos dois municípios se tornou justificativa para que os livros fiquem guardados em caixas na sala dos professores, demonstrando que os exemplares não estão circulando pela instituição. A falta de espaço no ambiente escolar para o atendimento adequado e organização dos acervos trouxe impactos na implementação de políticas públicas de leitura na prática; revelando-se, portanto, um problema infraestrutural.

Figura 2: Estantes de livros de uma escola municipal da cidade do Recife



Fonte: Autoral.

Ao analisar o acervo das escolas que possuíam biblioteca e outros espaços literários, verificou-se a presença de outras políticas públicas de leitura. Além do PNLD-Literário, havia muitos exemplares do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Manuel Bandeira e Briqueducar - esses dois últimos vistos apenas nas instituições localizadas no Recife. A observação dos espaços é importante, pois as políticas públicas exigem, de certa forma, um local para que tais livros literários possam ficar organizados e expostos para o trabalho com as crianças. A ausência de espaços bem equipados, de bibliotecas/bebetecas ou de salas de leitura revelam também um grande problema ainda para as unidades de Educação Infantil.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Ao considerar os aspectos discutidos até o momento, verifica-se a importância de entendermos o processo editorial das políticas públicas de acesso ao livro literário na escola. Para isso, esta pesquisa apoiou-se na abordagem qualitativa que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32) “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

Em primeira instância, foi necessário realizar uma análise documental do edital de chamamento público do PNLD - Literário 2022, no que se refere à etapa da Educação Infantil, objetivando verificar os critérios utilizados para seleção das obras literárias submetidas ao programa, especificamente para o segmento da pré-escola. Para Marconi e Lakatos (2003), no processo de exploração de documentos oficiais, é fundamental selecionar as informações que mais interessam à investigação.

O material utilizado para análise é o *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2022*, divulgado no Diário Oficial da União, na seção 3, em Brasília, no dia 21 de maio de 2020. O documento possui 83 páginas voltadas a detalhar as regras, os critérios de seleção das obras e os procedimentos necessários para as editoras interessadas em participar do programa.

Posteriormente, almejando uma aproximação com a dimensão prática, foi feita uma entrevista semiestruturada com uma escritora, editora e livreira pernambucana que teve uma de suas obras literárias selecionadas pelo programa de leitura. A sede de sua editora fica situada no município de Lagoa dos Gatos (PE), porém, por questões de acesso, a entrevista foi realizada na livraria da editora, localizada no bairro do Poço da Panela, na cidade do Recife. Conforme Severino (2013, p. 108), a entrevista configura-se como uma:

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

A entrevista semiestruturada ocorreu no dia 11 de junho de 2025, com duração média de 01 hora, gravada em áudio para posterior transcrição e análise. Para nortear o diálogo, elaboramos um roteiro com as seguintes perguntas:

1. Como foi o processo de submissão do livro para o PNLD Literário 2022?
2. Quais critérios você considerou ao escolher o título para submeter ao programa?
3. Quais mudanças foram feitas na obra para atender às exigências do edital? Quais preocupações guiaram esse processo?
4. Como a editora pensou o projeto gráfico do livro (formato, papel, ilustração, tipografia) voltado ao público infantil?

5. Qual a importância de ter um livro aprovado no PNLD para a editora?
6. O processo de participação no PNLD impactou a forma como a editora pensa e produz literatura infantil atualmente?
7. Há algo que vocês mudariam no modelo atual do PNLD? Que sugestões daria para torná-lo mais sensível às demandas das crianças e educadores?

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. UM OLHAR SOBRE O EDITAL

Após essas contextualizações mais gerais, iremos centralizar as discussões sobre os critérios de avaliação das obras do PNLD-Literário para a Educação Infantil, com o foco na etapa da pré-escola (grupos 04 e 05), centro de nosso estudo. Os exemplares do programa são destinados aos estudantes e professores, sendo composto por: livro literário impresso; livro do professor impresso; material digital do professor (1 material digital em formato PDF + vídeo tutorial facultativo). Todavia, a direção de nossas análises será especialmente às orientações para o livro literário impresso.

Antes de estabelecer os critérios voltados especificamente às obras literárias, o edital de convocação dedicou um pequeno trecho para desenvolver alguns critérios gerais de avaliação pedagógica de obras didáticas, literárias e pedagógicas. Em um dos fragmentos, observa-se o destaque ao desenvolvimento infantil, considerando-o como norteador das práticas pedagógicas. Tudo isso em prol de “[...] garantir a preparação das crianças para a alfabetização formal e para o domínio de competências matemáticas mais complexas, por meio da promoção de práticas de literacia e numeracia emergente. Assim, seu ingresso no ensino fundamental ocorrerá em condições mais favoráveis.” (Brasil, 2022, p. 30).

De acordo com o edital, a literatura também ingressa nesse viés preparatório, servindo como suporte para outras finalidades educativas. Verifica-se, portanto, a tentativa de utilizar a literatura como pretexto para desenvolver algum tipo de conteúdo escolar ou comportamento nas crianças, enfraquecendo, dessa forma, seu potencial ético e estético. Pinheiro e Tolentino (2020, p.180) destacam: “[...] O que se coloca em questão aqui não é o processo de escolarização da literatura em si, processo esse que, conforme explica Soares (2001), é inevitável. O que se coloca

em xeque é a desfiguração do literário para atender aos objetivos pedagógicos do programa governamental.”

Na página 45 do edital, *Quadro 1-B: Categoria de obras literárias* é definido que o livro do estudante deve possuir “Ilustrações vivas, atrativas e adequadas, ficcionais ou não, claras, precisas, não dando margem à ambiguidade na identificação de personagens, objetos e cenários retratados, com cores fortes e contrastantes, altamente correlacionadas ao texto.” (Brasil, 2022). O que é descrito como qualidade das imagens e ilustrações dizem respeito mais a resolução da impressão do que a qualidade do ponto de vista da arte gráfica e do design.

No quadro abaixo, retirado do *edital PNLD-Literário 2022* (Brasil, 2022), é indicado livros que contenham “[...] frases com muitos substantivos e adjetivos, escritas em ritmo e métrica atraentes e interessantes.” Porém, algo atraente e interessante para as crianças, como descrito pelo edital, exige também outras possibilidades de uso da linguagem escrita.

Figura 3: Fragmento do *Quadro 1-B: Categoria de obras literárias*

| | | |
|------------|--|--|
| Pré-escola | Para manuseio de crianças pequenas | <p>Livro contendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) de duas a cinco linhas de texto por página, contendo uma ou duas frases; 2) frases com muitos substantivos e adjetivos, escritas em ritmo e métrica atraentes e interessantes; e 3) vocabulário, em grande parte, familiar às crianças, com inclusão gradativa de novas palavras. |
| | Para que o professor leia para crianças pequenas | <p>Livro contendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) predominância de ilustrações; e 2) textos curtos, com duas ou mais frases, com histórias simples e envolventes, como fábulas, parlendas, rimas, quadrinhas, trava-línguas adaptados de textos consagrados e outros. |

Fonte: Edital PNLD-Literário 2022 (p.45)

O encontro do leitor com outras formas de estruturação textual pode permitir a ampliação do contato com a diversidade estética literária e de sua compreensão do mundo. Félix e Barbosa (2022) destacam que uma dinâmica limitadora pode distanciar os leitores em formação, tendo em vista que o processo de educação literária requer liberdade de composições e acessos.

Nas *Orientações para o livro que o professor deve ler para as crianças pequenas*, há, ainda, a subestimação da capacidade interpretativa infantil, ao definir que o livro precisa possuir textos curtos e histórias simples, como se as crianças dessa faixa etária não fossem capazes de refletir e compreender obras fora desse padrão estabelecido. Para Paiva, Paulino e Passos (2006, p. 22):

Definida por seu destinatário, a literatura infantil costuma apresentar uma preocupação especial com a linguagem, que deve ser compreensível para a criança. Isso não significa apresentar uma linguagem 'simplista', 'boba', **desconsiderando a criança como ser inteligente e crítico** (grifo nosso).

Ao considerar que, em muitos casos, o primeiro contato da criança com os livros literários impressos é na escola, os critérios limitadores estabelecidos no edital, de certa forma, destoam do propósito de permitir o florescimento do gosto pela leitura literária proposto pelo Programa. Ou seja, reduz o acesso a livros com outros tipos de estruturação, podendo fragilizar o contato à bibliodiversidade, a experiência estética com o texto literário, e a busca pela *democratização da leitura literária* (Soares, 2008).

5.2. AS URDIDURAS DO PROCESSO EDITORIAL

Ao direcionar nosso olhar para a dimensão prática, neste tópico, vamos entender um pouco mais sobre como funciona a dinâmica entre o programa de leitura e as editoras interessadas em participar. Para isso, realizamos uma entrevista semiestruturada, cuja discussão envolveu questões como: o processo de submissão da obra, os critérios levados em consideração para escolha do exemplar, as mudanças realizadas para adequação às exigências do edital, a importância de ter um livro aprovado no PNLD para a editora, dentre outros aspectos.

Inicialmente, a pessoa entrevistada relatou que, por fazer parte de uma editora independente, não imaginava que teria condições de participar de um programa de grande porte como o PNLD-Literário. Na época, já existiam dois livros voltados à Educação Infantil, previamente pensados e escritos pela autora. A partir

da publicação do edital de chamamento público do PNLD-Literário 2022, a editora começou a pensar no projeto gráfico-editorial da obra a ser submetida. A editora trabalha majoritariamente com livros ilustrados, e seu processo produtivo é bastante afetado pelas exigências do edital:

Tinha uma coisa muito forte, que foi uma chiadeira geral no mercado editorial: as páginas teriam que ser em cores vibrantes e contrastantes. A fonte tinha que ser preta e bastão, e tinha que ter, no máximo, até sete palavras. Então, restringiu muito a questão da qualidade literária, sabe? (Fragmento da entrevista semiestruturada realizada no dia 11/06/2025).

Neste fragmento, a pessoa entrevistada está se referindo a coluna de *Qualidade das imagens e ilustrações*, presente no *Quadro 1-B: Categorias de obras literárias*, localizado na página 45. Dentre os critérios estabelecidos, há orientações como “Ilustrações vivas, atrativas e adequadas” e “com cores fortes e contrastantes” (Brasil, 2022), demonstrando certa falta precisão - tendo em vista que não é esclarecido o que seriam ilustrações “adequadas” -, além de desconsiderar o processo criativo de produção do objeto livro, que exige liberdade na utilização dos recursos de design, composições, ilustrações, formas e materialidades.

Além do livro, era necessário produzir o *Manual do Professor*, para que os(as) docentes pudessem ter algumas propostas de trabalho com o livro na educação infantil, uma vez que exigia-se uma ação pedagógica com o material. Na página 19 do edital podemos localizar com detalhes sua função:

Manual do Professor: aquele utilizado pelo professor, em correspondência com o Livro do Estudante, para aperfeiçoar-se, expandir seus estudos, preparar os planos de aula e de avaliação (formativa e de larga escala) e suprir as dificuldades de aprendizagem dos estudantes (Brasil, 2022).

Compreendemos a importância de materiais de apoio ao professor; entretanto, é necessário termos uma postura diferenciada quando entramos em contato com o texto literário, uma vez que tal produção artística possui propriedades e finalidades próprias (Paiva, 2006). Incomodada com a exigência do programa, a entrevistada argumenta: “Não havia a compreensão da literatura enquanto arte; era preciso ter projetos, associar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), etc. Ou seja, quebrava totalmente os propósitos da literatura.” (Fragmento da entrevista semiestruturada realizada no dia 11/06/2025).

Segundo Magda Soares (2003, p. 17), esse tipo de tratamento com a literatura é bastante comum no ambiente escolar, configurando-se como um

processo de *escolarização da leitura literária*, sendo definida como: “A apropriação, pela escola, da literatura infantil: [...] o processo pelo qual a escola toma para si a literatura infantil, escolariza-a, didatiza-a, pedagogiza-a, para atender a seus próprios fins - faz dela uma literatura escolarizada”. Há, ainda, o que a autora chama de “escolarização inadequada da literatura infantil”, a partir de procedimentos que descaracterizam a identidade e até mesmo os propósitos da leitura literária na escola.

Na entrevista, a autora informou que achava que a editora teria um fôlego financeiro maior depois de ter uma obra aprovada pelo programa, de modo a conseguir viabilizar outros projetos envolvendo livros ilustrados, que exigiam um custo maior. Entretanto, as compras renderam muito abaixo do que o imaginado, além da editora não ser vista positivamente pelas outras:

Se por um lado, dá um respeito no mercado editorial, certo? Por outro, as editoras independentes não vêem isso com bons olhos, no sentido de estarmos renunciando às possibilidades de publicação em formatos mais ousados, entende? Então, isso é muito sutil, temos que estar muito atentos (Fragmento da entrevista semiestruturada realizada no dia 11/06/2025).

Esse jogo entre as editoras existe desde a época de vigência do PNBE. Apesar das abdições que envolvem o processo, os editais de compra federais podem ser uma grande oportunidade de divulgação para as empresas do mercado editorial. Referindo-se ao antigo programa de leitura, Pereira e Pinto Neto (2015, p. 56) comentam sobre esse campo de disputas, que ainda permanece na política pública atual:

Toda a estrutura montada pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola atrai ávidos editores, que tentam se adequar para que possam ser aceitos nos editais divulgados anualmente. Uma das questões complexas, e até hoje bastante criticadas, quanto à política de seleção de livros para o PNBE é a participação maciça dos grandes grupos de editores, que monopolizam o mercado. [...] As editoras pequenas, ainda que nos últimos anos tenham tido a chance de se inscrever no PNBE, concorrem com as mais poderosas, em uma espécie de luta às avessas entre Davi e o gigante Golias.

Além disso, há editoras cujo CNPJ é voltado apenas para publicações em editais, isto é, elas não existem no mundo comercial. Significa dizer que essas editoras terão custos muito menores, tornando o processo injusto:

A gente corre todos os custos e os riscos de ter livros no mercado editorial, que podem ou não ir para um edital. Essas editoras não. Na verdade, não têm o custo de impressão, só quando sabem que vão ganhar. Então, é como se ela só colocasse o livro no mundo a partir da compra do edital, entende? (Fragmento da entrevista semiestruturada realizada no dia 11/06/2025).

Gurbanov (2016) alega que o Poder Público é o maior comprador do mercado editorial brasileiro. Contudo, apenas algumas editoras se beneficiam nesse processo. Devido ao fenômeno da hiperconcentração⁵, as livrarias nacionais ficam em desvantagem, pois precisam mostrar seu valor no mercado e competir com grandes fornecedores, conseqüentemente, acabam tendo prejuízos nas políticas de incentivo à leitura.

O PNLD-Literário é um importante programa nacional de formação de leitores e composição dos acervos literários. A literatura, enquanto Arte, precisa estar presente no ambiente escolar. Por tais motivos, a pessoa entrevistada demonstrou uma forte preocupação acerca do processo fragilizador que a literatura é submetida no programa, e como isso atinge as crianças do país:

Fico com pena de não poder levar para as crianças brasileiras, das escolas públicas e das bibliotecas, livros que tenho com qualidade literária e com materialidades do livro ilustrado. Então, fica mais ainda o fosso, entendeu? De quem tem acesso econômico, social, etc. a uma arte que, a grande maioria que frequenta essas outras, tem com ela um recorte. Então, isso dói, sabe? (Fragmento da entrevista semiestruturada realizada no dia 11/06/2025)

Esse trecho expressa a preocupação ética e social da editora, ao refletir sobre a desigualdade do acesso aos livros literários e a experiências estéticas significativas, que atingem o direito das crianças do nosso país e, sobretudo, evidencia as contradições do programa de leitura em questão. Por se tratar de uma política pública redistributiva, o PNLD-Literário deve trazer medidas reparadoras de acesso à literatura, não fortalecer as desigualdades.

No tocante a quais sugestões daria para tornar o programa mais sensível às demandas das crianças e dos educadores, a entrevistada reforça que é preciso abrir portas para a bibliodiversidade, permitindo os diversos formatos e as diversas materialidades que o objeto livro pode conter, entendendo que o livro literário é um objeto de arte; como também criar formas de coibir as editoras que só existem para os editais e não fazem parte do mercado editorial brasileiro.

6. A MODO DE CONCLUSÃO

⁵ Segundo Gurbanov (2016), hiperconcentração é um fenômeno econômico global que lucra através da simplificação dos processos produtivos, redução dos custos e dos recursos humanos, buscando alcançar o maior grau de faturamento.

Em meio a todos os aspectos observados no decorrer da pesquisa, é possível dizer que os critérios estabelecidos no edital de seleção das obras evidenciam diversos mecanismos limitadores, impedindo o contato das crianças à bibliodiversidade. Todo esse processo restritivo - ao determinar quantidade de palavras, formatação, ilustrações, material, dentre outros aspectos - empobrece a experiência estética literária, não preserva a identidade das obras e fragiliza o interesse pela leitura. Teresa Colomer (2007, p. 272) discute:

Os elementos materiais de alguns livros infantis apresentam características particulares. Pode ser que estes aspectos obedeçam simplesmente a critérios de publicações editoriais. Mas pode ocorrer que tenham sido escolhidos para contribuir à interpretação da obra em estreita interdependência uns com os outros.

Presumindo que, geralmente, o primeiro contato de crianças - oriundas de famílias de baixa renda - com os livros de literatura ocorre na escola, o processo de enfraquecimento estético que as obras do PNLD-Literário são submetidas revelam um descompromisso com a nutrição artístico-literária dos educandos, como também certa falta de sensibilidade à construção de suas subjetividades.

A literatura infantil oferecida pelas políticas públicas nacionais deve possibilitar o contato da criança com diferentes experiências estéticas através do objeto livro. Para que isso ocorra de maneira efetiva, é necessário ter uma postura crítica diante dos editais de seleção das obras para entendermos de que forma a literatura chega à escola.

Apenas endereçar livros às instituições não significa dizer que estão se formando leitores. As infâncias que atravessam a rede pública de ensino precisam acessar as mesmas obras literárias que as da rede privada, com as mesmas condições estéticas e éticas, para que de fato seja oportunizada a equidade no acesso à literatura. Soares (2008) nos diz:

A leitura literária democratiza o ser humano porque traz para seu universo o estrangeiro, o desigual, o excluído, e assim nos torna menos preconceituosos, menos alheios às diferenças - o senso de igualdade e de justiça social é condição essencial para a democratização cultural (p.32).

Acerca da entrevista, pudemos entender um pouco como funciona a participação no programa, o impacto e as nuances dessa atuação sobre o mercado editorial e as implicações do surgimento de editoras voltadas apenas para publicação em editais de seleção. Este estudo reafirma a necessidade de lançarmos um olhar crítico sobre os editais de seleção de obras literárias, verificando se as

políticas públicas curriculares de fato demonstram compromisso com os acessos do público a ser atendido. Evidencia-se também a importância de compreender se a dinâmica articulatória dos programas de leitura dialogam com seus objetivos ou os contrariam, além das condições estéticas e éticas dos livros literários que circulam na escola.

Cabe lembrar a relevância da formação continuada do corpo docente escolar, para auxiliar os agentes na escolha dos acervos literários, bem como a disponibilidade de espaços de leitura - cantinhos, bibliotecas, dentre outros ambientes bem estruturados - para recepção e uso dos livros. Afinal, "Não basta formular e implementar políticas que incidam sobre a disponibilidade de livros; é preciso criar processos de formação e de mediação que possibilitem o acesso e a apropriação das obras pelos leitores" (Macedo, 2021, p.48).

Sugerimos pesquisas neste campo voltadas à compreensão das mudanças e permanências as quais obras literárias são submetidas para a seleção por parte do programa, e como essas alterações na identidade estética podem impactar o repertório visual, linguístico e artístico-cultural das crianças da rede pública de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mayla Luiza de; ROMANO, Patrícia Aparecida Beraldo. O livro interativo para a infância e a reconfiguração do papel do leitor. *In*: TAUFER, Adauto Locatelli; ANTUNES, Benedito; NETTO, Daniela Favero (Orgs.). **Leitura e ensino de literatura**. Porto Alegre: Bestiário / Class, 2023.

AMORIM, Marcel Álvaro de *et al.* **Literatura na escola**. São Paulo: Contexto, 2022.

BAPTISTA, Mônica; PETROVITCH, Camila; AMARAL, Mariana. Livros de literatura para a primeira infância: a questão da qualidade. *In*: MORO, Catarina; VIEIRA, Daniele (org.). **Leituras em educação infantil** [recurso eletrônico]: contribuições para a formação docente. Curitiba: NEPIE/UFPR, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital de convocação para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2022 – obras literárias. **Diário Oficial da União**: Seção 3, Brasília,

DF, 21 maio de 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 23 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2010.

CHIARI, Gisele Gemi. Pedagogia da performance: a mediação como possibilidade do (re)encantamento da leitura literária na escola. *In*: TAUFER, Adauto Locatelli; ANTUNES, Benedito; NETTO, Daniela Fávero (org.). **Leitura e ensino de literatura**. Porto Alegre: Bestiário; Class, 2023.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. Tradução: Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

CORSINO, Patrícia. Infância e literatura nas urdiduras de palavras e imagens. *In*: MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes (org.). **A função da literatura na escola**: resistência, mediação e formação leitora. São Paulo: Parábola, 2021.

COSTA, Andreia Aparecida Suli da; CARVALHO, Kelly Cristiane Henschel Pobbe de. Livro ilustrado, acervos e escola: a leitura de imagens como um direito do (pequeno) leitor. *In*: TAUFER, Adauto Locatelli; ANTUNES, Benedito; NETTO, Daniela Favero (Orgs.). **Leitura e ensino de literatura**. Porto Alegre: Bestiário / Class, 2023.

DALVI, Maria Amélia. **Literatura infantil e democracia – Parte 1**. Le Monde Diplomatique Brasil, 8 de abril de 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/literatura-infantil-e-democracia-parte-1/> Acesso em: 11 de agosto de 2025.

DEZOTTI, Magda; PEDROZA, Janaina; MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. Leitura literária na escola: compreendendo um evento pelas lentes da etnografia. *In*: MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes (org.). **A pesquisa etnográfica em alfabetização, leitura e escrita**: a experiência do GPEALE. Curitiba: CRV, 2021.

DOMINGUES, Diego; KLAYN, Débora. Acervos literários na escola: concepções de literatura, livro literário e texto literário no Guia PNLD literário 2020. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 61, p. 782-796, 2022.

FÉLIX, Chrisley Soares; BARBOSA, Raquel Cristina Baêta. Conta pra mim: o que consideramos um bom texto e um bom mediador literário para crianças. *In*: PINHEIRO, Marta Passos; LOPES, Vera (org.). **Literatura e concepções teóricas no Conta pra mim**: o que dizem os pesquisadores? Belo Horizonte: PUC Minas, 2022.

FITTIPALDI, Ciça. O que é uma imagem narrativa? *In*: OLIVEIRA, Ieda de. **O que é qualidade em ilustração no livro infantil e juvenil**. São Paulo: DCL, 2008.

GARCIA, André Luiz Ming. **O livro ilustrado de contos de fadas**: história, teoria e análise da tradição à contemporaneidade. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GURBANOV, Bernardo. **As livrarias brasileiras, o mercado editorial e o Poder Público**. PublishNews, 23 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2016/08/23/as-livrarias-brasileiras-o-mercado-editorial-e-o-poder-publico>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LAJOLO, Marisa. **Literatura**: ontem, hoje, amanhã. São Paulo: Unesp, 2018.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

LIMA, Graça. A linha que conta: a ilustração no processo de formação do leitor. *In*: BELMIRO, Célia Abicalil; MARTINS, Aracy Alves (org.). **Mediações de leitura literária**. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. Literatura, mediação literária e formação docente. *In*: MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes (org.). **A função da literatura na escola**: resistência, mediação e formação leitora. São Paulo: Parábola, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Úrsula; LOPES, Denise. **Acervos e práticas de literatura na Educação Infantil**: o que dizem as pesquisas. Reunião científica regional nordeste da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em educação, 25., 2020. Anais [...]. ISSN 2595-7945.

NOVAIS, Carlos Augusto. Mediação da leitura na perspectiva do letramento literário. *In*: BELMIRO, Célia Abicalil; MARTINS, Aracy Alves (org.). **Mediações de leitura literária**. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

PAIVA, Aparecida. PNBE: seleção, distribuição, circulação e uso de livros de literatura na Educação Infantil: uma política em (re)construção. *In*: PAIVA, Aparecida (org.). **Literatura na Educação Infantil**: acervos, espaços e mediações. Belo Horizonte: MEC/CEALE/UFMG, 2015.

PAIVA, Aparecida; PAULINO, Graça; PASSOS, Marta. Literatura e leitura literária na formação escolar: caderno do formador. **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PEREIRA, Rosane de Bastos; PINTO NETO, Pedro da Cunha. Páginas fechadas, à espera de leitores. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 33, n. 64, p. 49-63, 2015. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/368>. Acesso em: 12 de agosto de 2025.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete; CARNELOSSO, Rose Mara Gozzi. Os espaços do livro nas instituições de educação infantil. *In*: BAPTISTA, Mônica Correia et al. (org.). **Livros infantis**: acervos, espaços e mediações. 1. ed. Brasília, DF: MEC/SEB, 2016.

PINHEIRO, Marta; TOLENTINO, Jéssica. A literatura infantil em perigo: políticas públicas e o controle da leitura. **Caderno de Letras**. Pelotas, n. 38, p. 169-182, set./dez. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. *In*: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (org.). **A escolarização da leitura literária**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. Leitura e democracia cultural. *In*: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (org.). **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.